

Nova lei eleitoral abre brecha para doação de sindicato

Regra em vigor desde a semana passada permite que cooperativas ligadas a entidades de trabalhadores façam repasses a candidatos

Cooperativas interessadas em doar a campanhas não podem ser concessionárias de serviço público nem receber recurso de governos

FÁBIO ZANINI
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A nova lei eleitoral, em vigor desde a semana passada, criou uma brecha que permite a sindicatos doarem para campanhas por meio de cooperativas que, na prática, controlam.

Um parágrafo acrescentado ao artigo 24 da lei eleitoral (9.504/97) autorizou que cooperativas repassem dinheiro a candidatos, desde que não sejam concessionárias de serviços públicos nem recebam recursos de governos.

Entre as cooperativas que cumprem esses critérios estão algumas ligadas a grandes sindicatos —hoje proibidos de doar. O dos metalúrgicos do ABC, com relações históricas com Lula e o PT, tem duas: uma de crédito e outra habitacional.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo, ligada à CUT (Central Única dos Trabalhadores), instituiu a Bancoop, cooperativa habitacional, em 1996. Seu fundador é o presidente do PT, Ricardo Berzoini, e seu atual presidente, João Vaccari Neto, deve ser o tesoureiro do partido no ano eleitoral de 2010.

Do lado da Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo criou a Metalcred, uma cooperativa de crédito.

Em sindicatos patronais, as cooperativas são mais raras. A assessoria da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) informou não ter conhecimento de nenhuma.

Formalmente, as cooperativas são independentes. Na prática, a ligação é total. Elas surgem por iniciativa dos sindicatos. Muitas funcionam no mesmo prédio e têm dirigentes sindicais entre os cooperados.

Da cooperativa dos metalúrgicos do ABC, a CredABC, fazem parte o presidente do sindicato, Sergio Nobre, o prefeito de São Bernardo, Luiz Marinho, e o próprio Lula.

A emenda permitindo a doação surgiu por articulação da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), que representa o setor. No Congresso, seu porta-voz foi o deputado federal Dr. Ubiali (PSB-SP).

Segundo ele, seu objetivo não era liberar doações de entidades ligadas a sindicatos. Ele tinha em mente as Unimed, cooperativas de médicos.

“Não é justo que grandes empresas privadas do setor de saúde possam doar para seus representantes e as Unimed não possam”, afirmou Ubiali.

Para Márcio Freitas, presidente da OCB, a autorização para doar faz justiça a um setor que responde por 6% do PIB e gera 300 mil empregos. “É um setor que depende de políticas públicas e por isso tem legitimidade para doar”, diz.

Até 2006, as cooperativas usavam um vácuo jurídico para doar. No ano passado, o TSE

(Tribunal Superior Eleitoral) vetou a possibilidade. Agora, a lei permitiu a contribuição.

A liberação atinge quase todas as cooperativas. Há exceções. As ligadas ao MST, por exemplo, por receberem verba pública, não podem contribuir.

Estrutura

As cooperativas sindicais hoje têm estatura modesta. A CredABC diz contar com 2.000 associados e ter patrimônio de R\$ 2 milhões. A Metalcred diz ter número parecido de filiados.

Juridicamente, a brecha agora está aberta para que sindicatos engordem cooperativas que controlam, com verbas depois canalizadas para campanhas.

“Isso pode acontecer, embora essas cooperativas sejam todas falidas. O ideal seria que o sindicato doasse diretamente, como nos EUA”, diz o deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força.

Presidentes de cooperativas dizem não haver ainda uma decisão de doar. “Teria que haver assembleia e decisão coletiva”, diz José Vitorio Cordeiro Filho, da CredABC. “Acho difícil os trabalhadores aprovarem uma coisa dessas sem discussão profunda”, diz Clarivaldo de Almeida, da Metalcred.

Para o presidente da Comissão de Cooperativismo da OAB-SP, Antonio Luis Otero, a permissão para doação é positiva, por questão de transparência. Segundo ele, o principal problema é a falta de regulação.

Colaborou FELIPE SELIGMAN,
da Sucursal de Brasília

Bancoop é suspeita de fazer doações ilegais para o PT

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Uma das principais cooperativas ligadas a sindicatos do país, a Bancoop é investigada pelo Ministério Público, sob suspeita de fazer doações ilegais para campanhas do PT.

“Há indícios fortes de que a Bancoop desviou recursos para empresas ligadas a alguns de seus dirigentes, que depois foram abastecer campanhas do PT”, disse o promotor José Carlos Blat, do Ministério Público de São Paulo, que abriu inquérito criminal em 2007.

Segundo Blat, 47 empreendimentos imobiliários da Bancoop não saíram do papel, prejudicando 3.000 famílias. O rombo nas contas da cooperativa chegaria a R\$ 100 milhões. A Bancoop é ligada ao Sindicato dos Bancários de São Paulo.

O presidente da Bancoop, João Vaccari Neto, foi procurado, mas não telefonou de volta. Em outras ocasiões, ele negou irregularidades na cooperativa.

As cooperativas sindicais operam pelo sistema de adesão voluntária. No caso da CredABC, cooperativa de crédito dos metalúrgicos, cada associado pagou parcela mínima de R\$ 155 para entrar e mensalidade de R\$ 10. Cada associado pode pedir emprestado até quatro vezes o valor que investiu, a juros abaixo dos de mercado.

Entre várias modalidades de cooperativas, as que lidam com crédito são as únicas com fiscalização externa —são acompanhadas pelo Banco Central. (FZ)